

A Escola no projeto de construção do Brasil Moderno — a reforma Francisco Campos em Minas Gerais

Ana Maria Casasanta Peixoto*

RESUMO

Este artigo aborda a reforma educacional levada a efeito por Francisco Campos, em Minas Gerais, no governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930). Seu objetivo foi modernizar a escola mineira, transformando-a num importante agente de consolidação da nova ordem urbano-industrial, que estava em curso no País. Para que a escola pudesse desempenhar esse papel, Campos a submeteu a uma profunda reforma, inspirada no ideário escolanovista.

A atuação de Campos junto ao sistema escolar mineiro representa um momento significativo da introdução deste ideário em nossa educação e traduz uma nova postura do estado em relação à oferta e manutenção da escola primária no País.

Descritores - Política educacional - Minas Gerais - Modernização - Ciências Pedagógicas - Escola Nova - Métodos Ativos.

ABSTRACT

This article deals with the educational reform promoted by Francisco Campos, in Minas Gerais, during the government of Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930). Aiming at the modernization of schools in Minas Gerais such a Reform intended to transform the schools in important agencies for consolidating the new urban industrial order, carried on in the country at that time. In order to make it possible for the schools to perform such a role, Campos imposed a profound reform inspired by the ideas of the New School.

Campos actions in the schooling system in Minas Gerais represent a significant moment for the introduction of the ideas of the New Schools in our education. They also mean a new attitude of the State towards the supply and maintenance of primary education in the country.

Describers: Educational Politics, Modernization, Pedagogy, New School, Active Methods.

* Professora do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da FAE - UFMG

Introdução

Embora a experiência brasileira em planejamento educacional seja relativamente recente, podemos registrar ao longo da história, iniciativas importantes visando integrar a escola em projetos políticos voltados para a transformação da sociedade brasileira. Uma delas é a reforma educacional desenvolvida por Francisco Campos, em Minas Gerais, entre 1926 e 1930.

Esta reforma só pode ser compreendida se considerada em seu momento histórico, isto é, à luz dos problemas vivenciados pelo País na década de 20 e no governo Antônio Carlos, que a encampou e patrocinou.

Na década de 20 vive o Brasil uma situação de crise. Esta crise reproduz o fenômeno que o liberalismo europeu enfrentara há mais de um século — lutas pela ampliação do estatuto liberal, a fim de atender às pressões democratizadoras vindas de baixo, seja da classe operária, seja das classes médias urbanas.

A busca de solução para o caos que ameaça o País é a grande preocupação dos anos 20, mobilizando intelectuais e políticos, tanto da direita quanto da esquerda.

Para o Governador de Minas Gerais, Antônio Carlos, um dos líderes da oligarquia no Estado, e seu Secretário dos Negócios do Interior, Francisco Campos, esta crise é sobretudo ética. Resulta ela da incapacidade de nossas elites para abrir brechas, em seu sistema de dominação, aos grupos emergentes na sociedade brasileira. Sua solução depende da modernização do aparelho de estado pois só através do aperfeiçoamento de nossas instituições públicas seria possível salvar a democracia no País. Este regime, embora ideal, encontrava-se ameaçado pelo uso de práticas inadequadas, como o voto a descoberto, as eleições a bico-de-pena, a intolerância às oposições. Estas práticas terminaram por colocar em risco, entre nós, a própria sobrevivência do estado democrático. Era necessário, pois, redemocratizar a república brasileira, através de uma profunda revisão das instituições políticas, revisão esta que pressupunha mudanças no papel do estado e a moralização do povo.

Além dos problemas de ordem político-social havia outros que também influíam na necessidade de revisão de nossas instituições. Entre eles, destaca-se o progresso da ciência e da tecnologia, que determinou novas formas de organização social e, principalmente, o surgimento de um conjunto de idéias democráticas que concretizam novos ideais de solidariedade e cooperação entre os homens. Em síntese, o Brasil caminhava para um novo tempo — o tempo da indústria. E o sucesso da nossa ordem urbano-industrial estava diretamente ligado à capacidade do estado para modernizar-se, de forma a incorporar os novos grupos emergentes ao projeto da classe dominante. Para isto, Antônio Carlos propõe um programa de governo que, na fala de seus contemporâneos, "rompe com a rotina e mesmo com a prudência" (MAGALHÃES, 1970, p.10). Voltado basicamente para reformas no campo político, nele se destacam: a reforma administrativa do estado, a justiça social, o voto secreto, o voto feminino e a oferta de escolas.

1. A educação no programa político de Antônio Carlos

A ênfase à educação no governo de Antônio Carlos justifica-se por uma série de razões. O crescimento da indústria acelera o processo de urbanização e traz à tona problemas relacionados à formação de mão-de-obra. Na socialização destes grupos para o trabalho fabril, os métodos violentos e excludentes utilizados pela oligarquia mostram-se ineficazes. Era preciso um trabalho sistemático de divulgação de uma nova moral, compatível com o mundo da fábrica. Para isto, a escola seria a instituição ideal.

MARCADOR DE LIVROS



DR. FRANCISCO CAMPOS,
D. D. Secretário do Interior do Estado
de Minas Geraes

« É indispensável, porém que o povo de Minas realize integralmente a consciência dos seus deveres em face da escola mineira; que elle comprehenda que nella e por ella o que se está fazendo é o processo da sua intelligencia e da sua vontade; que a escola mineira será o que elle quizer e o que elle merecer que ella seja. Ao povo mineiro, pois, o derradeiro appello — o de tomar á sua conta as suas escolas, o de velar por ellas, o de trazel-as vivas no coração ».

DR. FRANCISCO CAMPOS

A importância atribuída à escola na constituição de um novo ethos social deve-se a crença generalizada, neste período, em seu potencial para construção do indivíduo e, portanto, da sociedade. Esta visão do papel a escola faz com que a educação seja um dos problemas sociais mais discutidos no País, na época, e que a sociedade se mobilize em torno de sua oferta e de sua qualidade.

A educação é introduzida no governo de Antônio Carlos por razões de ordem política e ideológica. Do ponto de vista político, ao transferir para o estado o compromisso com a educação, ele coloca nas mãos da classe que detém o poder um importante instrumento de controle social. Ao lado disto, ao atender às reivindicações da população neste sentido, Antônio Carlos capta a

adesão de importantes segmentos da sociedade ao seu programa de governo.

Do ponto de vista ideológico, em função de sua postura liberal, ao investir na educação, Antônio Carlos e Francisco Campos esperam estar contribuindo para promover uma ampla reforma nas consciências. E, a partir daí, ambos esperam criar uma nova ordem social — a sociedade democrática, aberta, em que se desconhecem lutas e conflitos. É a reconstrução social pela escola.

“Da educação nacional depende a formação da consciência nacional. Não é somente aos indivíduos que a escola imprime o selo do seu caráter. Por eles e através deles sua influência se estende e se irradia sobre a sociedade e sobre as instituições de tempo, forjando os moldes em que se há de situar e mover o espírito público da época... Cada nação terá o espírito público correspondente ao seu sistema escolar” (ANDRADA, 1945, p. 198).

2. O papel da Escola na construção de uma nova ordem no Brasil

Segundo Francisco Campos, a principal função da escola é integrar o indivíduo ao meio social dotando-o de uma certa homogeneidade na maneira de sentir e de pensar, transformando-o de indivíduo em cidadão. A palavra cidadão expressa para Campos o indivíduo capaz de escrever sua liberdade, no sentido da racionalidade existente. Ser é ser racional. Por isto, para ele, a função da escola é transformar os indivíduos em seres racionais, adaptando-os, de maneira adequada, à sociedade a que pertencem.

“Não basta, pois, difundir o ensino primário para dilatar os limites da cidade. Se este ensino não forma homens, não orienta a inteligência, e não destila o senso comum, que é o eixo em torno do qual se organiza a personalidade humana, poderá fazer eleitores, não terá feito cidadãos” (CAMPOS, 1945, p. 109).

A ordem social vislumbrada por Campos é a ordem fabril, sua racionalidade constitui modelo de organização a ser alcançado.

“A indústria é a mais poderosa organização do mundo moderno. Foi porventura dela, da sua rotina, das suas práticas, dos seus hábitos, da repetição dos seus processos que emergiu a ciência da organização racional e econômica do trabalho humano ou da organização das técnicas industriais — o Taylorismo, em suma” (CAMPOS, 1945, p. 44).

A sociedade industrial tem suas bases de funcionamento assentadas na produtividade, na disciplina, na distribuição de funções e tarefas, na cooperação entre os indivíduos. Por isto a escola, na qualidade de cimento da ordem social, deve-se responsabilizar, ainda, pela redistribuição dos indivíduos na força de trabalho. Esta função se relaciona com os princípios de uma sociedade democrática, proclamada pelos liberais. Trata-se do discurso de uma sociedade em que as classes sociais serão abertas,

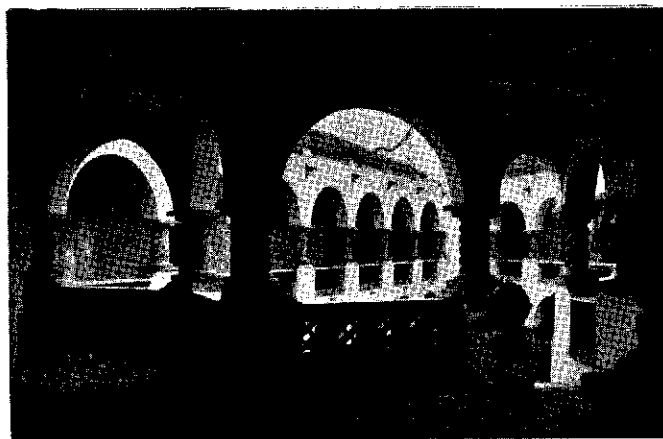
havendo amplas possibilidades de que um indivíduo de uma classe passe para outra, de acordo com as qualidades intrínsecas manifestadas através do processo educacional, suas motivações pessoais e as possibilidades do meio que o cerca. Também neste sentido a escola promove a reconstrução social, uma vez que, a partir de uma base comum, que garanta a igualdade de oportunidades (neste caso, o Curso Primário), a escola aloca os indivíduos na estrutura social, segundo seus talentos e aptidões.

“É obra do ensino profissional preparar elites para o mercado, assim como o ensino clássico prepara elites para a vida pública... Ambas colaboram, cada qual na sua esfera, na grande obra coletiva de formação e emancipação nacional” (CAMPOS, 1945, p. 73).

As novas funções atribuídas à educação exigem profundas mudanças na escola.

A Pedagogia Tradicional, com seu ideal de formação de homem culto, havia estimulado o intelectualismo e o individualismo, atributos pouco ou nada compatíveis com o ideal de uma sociedade moderna, democrática e dinâmica. Para que a educação se coloque a serviço dos novos tempos é preciso que ela se torne prática, preocupando-se, fundamentalmente, com a adaptação do indivíduo à nova sociedade, em vias de implantação no País. E só nestas condições se justifica sua expansão.

“... O ensino se estende e se difunde somente na medida de sua utilidade e só o ensino de bom quilate será útil, porque somente ele poderá competir, com vantagem, com as atrações que a vida oferece à alma infantil” (CAMPOS, 1945, p. 11).



Grupo Escolar Pedro II, de Belo Horizonte, um dos mais importantes edifícios escolares construídos na administração Francisco Campos, Secretário de Estado, em Minas Gerais. Galerias e pátio interno.

3. A Reforma do Ensino Primário e Normal

Por estas razões, Francisco Campos realiza uma profunda reforma que atinge o ensino Primário e Normal.

A opção pelo ensino Primário se justifica pelo caráter estratégico que ele e Antônio Carlos atribuem à escola primária no processo de democratização da sociedade. Este caráter estratégico está diretamente relacionado ao ensino da leitura e da escrita, condição indispensável ao exercício do voto, neste período, e

1 A Reforma Francisco Campos se consubstancia nos seguintes documentos: Regulamento do Ensino Primário (Decreto-lei nº 7.970 de 15/10/1927), Regulamento do Ensino Normal (Decreto-lei nº 5.162 de 20/1/1928), Programas do Ensino Primário (Decreto-lei nº 8094 de 20/1/1928), Programas do Ensino Normal (Decreto-lei nº 8.225 de 11/2/1928) e o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento (Decreto-lei nº 8.987 de 22/2/1928).

conseqüentemente, ao usufruto dos benefícios da cidadania. Nesta perspectiva, expandir a escola primária significava estender as possibilidades de acesso à cidadania e, portanto, democratizar a sociedade.

As preocupações com o ensino Normal se devem ao fato de Campos considerar o trabalho do professor a base sobre a qual repousa a escola primária, o que o torna o principal responsável pelo êxito ou fracasso do aluno.

"Todas as críticas que se dirigem ao ensino Primário são, de modo indireto e oblíquo, dirigidas ao ensino Normal, pois que o ensino Primário não são os programas, a distribuição das matérias, senão o modo de ministrá-lo, a sua dosagem, a qualidade do veículo em que a noção passa do mestre ao aluno, em uma palavra, a técnica de apresentação dos assuntos e noções e, por conseguinte, em resumo e afinal — o professor" (CAMPOS, 1945, p. 11).

4. As bases da nova organização escolar

O programa de reforma de Campos se consubstancia numa série de decretos¹ que regulamentam a organização e o funcionamento do ensino Primário e Normal, definem seus programas e criam a Escola de Aperfeiçoamento. Seu objetivo é reabilitar a escola mineira, fazendo dela uma eficiente colaboradora da família e da sociedade, na construção de uma nova ordem no País.

"Fazer da escola um instrumento da educação, este é o princípio que norteou a reforma que tenho hoje a honra de propor a V. Ex." (CAMPOS, 1945, p. 4).

Como paradigma para a nova organização, Campos adota os princípios da Escola Nova. Em Dewey, Claparède, Decroly, Kilpatrick, ele busca os elementos de uma nova maneira de organizar o trabalho escolar. Sua adesão a este modelo pedagógico justifica-se em nome do moderno.

"Diante das modernas tendências e postulados da ciência pedagógica, que era força introduzir entre nós, porque seria absurdo, senão criminoso, escolher o que era antigo e é cientificamente repudiado e preterir o que é moderno e positivamente avançado..." (ANDRADA, 1945, p. 244).

Seus fundamentos são a Psicologia, a Biologia e a Sociologia, que se tornam ciências fontes da educação. Estas ciências, trazendo uma outra visão da infância e de suas necessidades e da importância do social na formação dos sentimentos e da personalidade humana, fundamentam um novo modelo de escola. Este modelo, em oposição ao tradicional, tem no aluno o centro da ação educativa. Sua preocupação maior é o respeito à criança e às suas características e necessidades bio-psicológicas. Desta forma, o foco da ação educativa se desloca do adulto para a criança, da sociedade para o indivíduo, do professor para o aluno.

Os elementos mais importantes na organização escolar, assim concebida, são: os métodos, os programas e o professor.

Os métodos devem ter, na atividade do aluno, o ponto central do processo educativo — "é o aprender a fazer fazendo".

"Quer o professor ensinar a leitura? Faça os meninos lerem. Escrita? É fazê-los escrever. Língua Pátria? É levá-los a falar e redigir. Aritmética? Dar-lhes problemas para resolver". (CAMPOS, 1929, p. 1518).

Os programas de ensino devem ser organizados tendo em vista seu significado para o aluno e sua adaptação ao meio, conforme recomenda o Regulamento do Ensino Primário, em seu art. nº 252:

"As matérias que constituem o programa do ensino Primário não devem ser ensinadas como se fossem fins em si mesmas, mas como meios de desenvolver o raciocínio, o julgamento e a iniciativa das crianças, oferecendo-lhes oportunidades de exercer o seu poder de raciocínio, de observação e de aplicar noções adquiridas".

O terceiro elemento chave nesta organização é o professor, pois "deste é o método de ensino, dele é essa técnica indefinível de captar o interesse infantil, dele esse tecido plástico, sensível e irradiante, em que as noções talham o seu corpo sensível e de cuja substância as idéias, tornando-se concretas, intuitivas e palpáveis improvisam essa espécie de mãos ou prolongamentos preensíveis, que lhes possibilitam apropriar-se da realidade e da vida incorporando-se às coisas". (CAMPOS, 1945, p. 9).

Campos espera garantir o bom funcionamento da escola, através do controle destes elementos. Por esta razão, ele adota uma postura autoritária no trato com a escola, acentuando o hiato entre os órgãos de administração e os encarregados da educação enquanto processo. Isto provoca o crescimento da burocracia nos serviços de ensino e um maior rigor na fiscalização das atividades desenvolvidas na escola. O que, quando, como e para que ser ensinado, nada escapa ao legislador — os documentos que disciplinam a reforma descem a detalhes como dimensão e formato das carteiras, cor das paredes, disposição de janelas nas salas de aula, etc. Damos como exemplo, o art. nº 163 do Regulamento de Ensino Primário, que estabelece os critérios a serem observados na confecção da carteira:

"O banco-carteira deve obedecer aos seguintes requisitos: a) profundidade do assento da cadeira, isto é, a distância entre a borda anterior e a linha de interseção do seu plano com o encosto, deve ser igual a 2/3 do comprimento da coxa, de maneira a não interferir com as flexões do joelho; b) o assento da cadeira deve ter uma ligeira inclinação para trás; c) a altura da cadeira deve ser tal que permita ao aluno descansar em cheio os pés sobre o assoalho; d) o encosto da cadeira, que não se estenderá até as omoplatas, deve ser um ângulo de 30°, ligeiramente arqueado para a frente, ao nível da região lombar, de modo a conformar-se com a lordose normal, quando a criança estiver assentada em posição correta; e) o tempo da carteira deve medir cerca de quarenta centímetros de largura por cinquenta e sessenta de comprimento e ser inclinado de 15° sobre o horizonte, de maneira que seu plano seja sensivelmente perpendicular ao raio visual, quando a criança estiver assentada em posição correta; e sua parte anterior, com uma largura de dez centímetros, será horizontal, para receber o tinteiro, a caneta e o lápis, o primeiro dos quais deve ficar, a partir da direita, à distância de 1/4 do comprimento do tempo; f) a distância entre o assento da cadeira e o tempo da carteira será negativa, isto é, este deverá avançar ligeiramente sobre aquele, de maneira que a criança não precise inclinar-se quando estiver lendo ou escrevendo; g) a distância vertical entre o assento e o tempo da carteira deve ser tal que este fique em nível ligeiramente inferior ao do cotovelo, quando a criança estiver assentada em posição correta".

Nem mesmo a atividade do professor em sala de aula escapa a esse excessivo formalismo, conforme vemos, por exemplo, no art. 309 do Regulamento do Ensino Primário, que determina:

"O professor lecionará de pé, em movimento pela sala, despertando a atenção do aluno".

5. Os efeitos da Reforma Francisco Campos sobre o sistema escolar mineiro

Apesar de seu caráter autoritário, e burocratizante, a Reforma Campos trouxe avanços ao sistema escolar mineiro. O idealismo escolanovista, ao insistir no estudo da criança, ao reconhecer na infância uma fase importante do desenvolvimento humano, ao enfatizar a participação e a atividade do aluno no processo de aprendizagem, ao valorizar outras formas de expressão além da linguagem oral e escrita, ao estabelecer novos padrões de relacionamento entre professor e aluno, colaborou para suavizar a disciplina, eliminando os castigos físicos nas escolas e para tornar o ensino mais acessível à criança. A Reforma estimulou a busca de novos caminhos para superar as dificuldades encontradas pelos alunos na aprendizagem, introduzindo a pesquisa nesta área. Finalmente ela trouxe a arte e o brinquedo para a escola. O poeta Drummond, arguto observador do que se passa em Belo Horizonte, nesta época, registra, numa de suas crônicas, a alegria que então dominava a escola mineira, graças ao novo ar que nela circulava: "Até bem pouco tempo", diz o cronista,

"a idéia de aula era oposta à idéia de prazer. O professor carregava na fisionomia sinistra reminiscências da Inquisição, e as carteiras em que a gente se sentava tinham sinais profundos de canivete e outras armas próprias para matar o tédio. Um poeta irresponsável afirmou que, nesse tempo, a escola era risonha e franca. Pois sim. Que noção tinha esse homem do riso? A escola podia ser tudo, menos isso que ele garantia que ela era. Hoje, quando se pensa na Escola de Aperfeiçoamento e em outras escolas modernas, fica-se com vontade de ressuscitar o poeta e dizer-lhe: - Doutor, tenha a bondade de reparar como o ensino se tornou amável. Veja a alegria saudável dessas professoras bonitas e inteligentes clareando ainda mais esses largos pátios, esses salões amplos. Tenha paciência, doutor, mas no seu tempinho não era assim não" (ANDRADE, 1987, p. 34).

Ao reconhecer na educação um campo específico de estudo, passível de uma abordagem científica, Campos faz com que o governo estimule a pesquisa e encare de frente a formação de profissionais para essa área. Constituem exemplos neste sentido a criação de vinte e uma Escolas Normais e da Escola de Aperfeiçoamento, primeira instituição brasileira voltada para a formação de especialistas em educação. Nesta escola vista por Drummond "como novidadeira" (ANDRADE, 1987, p. 54) Helena Antipoff fez funcionar o primeiro Laboratório de Psicologia Educacional do País. Af, Alda Lodi introduziu os métodos ativos no estudo da Aritmética e Lúcia Monteiro Casasanta realizou estudos para a aplicação do Método Global ao ensino da Leitura e da Escrita. Nela, a aluna-mestra Anita Fonseca criou o pré-livro Lili, a partir do qual foram alfabetizadas várias gerações de mineiros. Af, Artur Perrelet e Jeanne Milde desenvolveram um importante trabalho visando integrar a arte na educação. É ainda o poeta Drummond que nos dá notícias do trabalho destas professoras. Segundo ele, "Mme Artur é uma professora prodigiosa, pois faz do desenho uma arte de emprego imediato na vida de todo dia" (ANDRADE, 1945, p. 34).

As preocupações de Francisco Campos com o trabalho do

professor fazem com que ele privilegie o papel do Estado na sua preparação, reformule os cursos de formação para o magistério, ampliando sua duração e impondo ao aluno padrões de exigências compatíveis com o exercício profissional. Levam-no, ainda, a ver no magistério uma carreira com estatuto próprio dentro do serviço público e a institucionalizar certas condições mínimas ao seu exercício como, por exemplo, a aprovação em concurso público.

Finalmente, embora sua preocupação fosse, em dúvida, a qualidade, Campos eria, no Estado, 3.555 novas escolas primárias, o que, sem dúvida, colaborou para ampliar as possibilidades de acesso à escola, abrindo suas portas a setores até então dela excluídos.

6. O significado da Reforma Francisco Campos

A reforma educacional levada a efeito por Francisco Campos, em Minas Gerais, no governo Antônio Carlos, alinha-se, a nosso ver, a outros movimentos modernizantes ocorridos no País, no período. Estes movimentos — cujo ápice é, sem dúvida, a Revolução de 30 — buscavam dentro de suas particularidades a semi-eterna reprodução do tempo social.

Francisco Campos e Antônio Carlos se enquadravam nos parâmetros de pensamento de vários grupos que encaravam a sociedade brasileira como uma estrutura doente, cujos males caberia à elite erradicar. Seu objetivo é substituir, reconstruir do alto as instituições político-sociais, modernizando-as. Em outras palavras, seu objetivo é civilizar por cima, reconstruindo a nacionalidade através da razão.



LILI

Olhem para mim.
Eu me chamo Lili.
Eu comi muito doce.
Vocês gostam de doce?
Eu gosto tanto de doce!

Assim, embora a ação reformadora de Campos no sistema escolar mineiro possa aparentemente colocá-lo em oposição às forças no poder no Brasil, naquele período, na realidade ela se revela conservadora. O próprio ideário escolanovista que a orienta, embora possua um potencial libertador, pois insiste no conhecimento da criança e num ensino adequado às suas necessidades, à medida que ele condiciona a expansão da escola à qualidade e esta a uma questão de método de ensino ativo, colabora para dissimular as verdadeiras causas da marginalização dos novos grupos e as discriminações determinadas pela ordem social e econômica. Ao lado disto, a Escola Nova, com sua ênfase na inserção do indivíduo ao meio, num ensino sob medida, adaptado às necessidades bio-psicológicas, cientificamente aferidas através de testes, não só afasta as possibilidades de crítica aos fundamentos desta mesma ordem social, mas justifica a exclusão e legitima a diferenciação necessária à sobrevivência da ordem industrial, camuflando os

mecanismos nela envolvidos. Em síntese, a Escola Nova oferece uma explicação satisfatória para a crise do sistema oligárquico e permite a adoção de medidas que, atendendo a uma importante demanda social da época, não colocam em risco o avanço da ordem burguesa no País.

Deste ponto de vista, o processo de modernização, levado a efeito por Francisco Campos, funciona como um instrumento de redução das tensões sociais e expressa, com fidelidade, o pensamento de seu patrocinador, Antônio Carlos - " façamos a revolução antes que o povo a faça".

Na prática, com esta reforma, Campos antecipa a modernidade para a qual nos encaminhávamos naquele momento. Modernidade esta que se expressa através de um estado desmobilizador, racional, burocrático, capaz de gerenciar em nome da técnica e da racionalidade todo os setores da vida nacional e que tem uma de suas principais manifestações no Estado Novo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro. Discurso na Instalação da 2ª Conferência Nacional de Educação. In: CAMPOS, Francisco Luiz da Silva. **Pela Civilização Mineira**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1945, p. 190-201.
- _____. Mensagem Presidencial de 1930. In: CAMPOS, Francisco Luiz da Silva. **Pela Civilização Mineira**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1945, p. 323-263.
- ANDRADE, Carlos Drummond, Mme Artus. In: **Crônicas 1930-1934**. Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, 1987, p. 34.
- _____. As moças da Escola de Aperfeiçoamento. In: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, nº 6, p. 54, dez. 1987.
- CAMPOS, Francisco Luiz da Silva. Discurso na Instalação do 1º Congresso de Instrução Pública. In: **Pela Civilização Mineira**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1945, p. 92-111.
- _____. Discurso de Posse na Secretaria de Negócios do Interior. In: p. 64-75.
- _____. Regulamento do Ensino Normal - Exposição de Motivos. In: p. 37- 66.
- _____. Regulamento do Ensino Primário - Exposição de Motivos. In: p. 9-36.
- _____. Decreto-lei nº 8094/28. Exposição de Motivos. In: Coleção de Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais III, 1929.
- MAGALHÃES, Dário de Almeida, Antônio Carlos, o artista da política. In: **Digesto Econômico**, Rio de Janeiro, nº 215, set./out. 1970, p. 10-19.
- Educ. Rev., Belo Horizonte (16): 12 - 17, dez. 1992